

**ASSEMBLEIA MUNICIPAL
DE
PAREDES DE COURA**



**ACTA N.º 05/2008
(Mandato 2005/09)**

DA SESSÃO ORDINÁRIA REALIZADA NO DIA 12 DE DEZEMBRO DE 2008

CONTÉM 26 PÁGINAS



ASSEMBLEIA MUNICIPAL

ACTA N.º 05/2008 DA SESSÃO ORDINÁRIA REALIZADA NO DIA 12 DE DEZEMBRO DE 2008 INICIADA ÀS 21,00 HORAS E CONCLUÍDA ÀS 02,00 HORAS.

Sumário	Páginas
= ABERTURA =	3
= PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA =.....	4
= ACTA DA SESSÃO ANTERIOR =.....	4
= APRESENTAÇÃO DE MOÇÕES =.....	4
= INTERPELAÇÕES AO PRESIDENTE DA CÂMARA =.....	7
= ORDEM DO DIA =	10
= APRECIÇÃO DA INFORMAÇÃO ACERCA DA ACTIVIDADE DO MUNICIPIO =	10
= OPÇÕES DO PLANO E PROPOSTA DE ORÇAMENTO PARA O ANO DE 2009=.....	10
= LANÇAMENTO DE DERRAMA PARA 2009=.....	20
= IMPOSTO MUNICIPAL SOBRE IMÓVEIS =.....	21
= REDUÇÃO DA PARTICIPAÇÃO DO IRS =.....	23
= ADESÃO DO MUNICIPIO À ENTIDADE REGIONAL DE TURISMO DO NORTE=	24
= INTERVENÇÃO DO PÚBLICO =.....	26
= ENCERRAMENTO =.....	26



ASSEMBLEIA MUNICIPAL

= ABERTURA =

----- Aos doze dias do mês de Dezembro do ano de dois mil e oito, no Salão Nobre dos Paços do Município, sob a presidência de José Augusto Brito Pacheco, e secretariado por Perfeita Barreiro de Araújo Esteves e por Eduardo Daniel Esteves Cerqueira, primeira e segundo secretários, respectivamente, realizou-se uma sessão ordinária da Assembleia Municipal, nos termos do disposto na alínea b) do artigo 54º e do n.º 1 do artigo 49º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, com a redacção que lhe foi dada pela Lei n.º 5-A/2002, de 14 de Setembro, convocada pelo edital do dia vinte e seis de Novembro do ano de dois mil e oito. -----

----- Verificaram-se as faltas dos membros: Maria José Lopes Fontelo Gomes Carranca de Oliveira; Luísa Maria da Costa Gomes de Castro, Paula Cristina Viana Caldas de Sousa; Américo Luís Barbosa Pereira da Cunha; Ivan Mata Morais; Fernando Manuel Duarte Carranca de Oliveira; Helena Barbosa Ramos Fernandes; Júlio Barbosa da Cunha; Agostinho Lourenço Fernandes de Sá; que no prazo legal foram apresentadas as respectivas justificações e as presenças de José Augusto Brito Pacheco, Rosalina Maria Barbosa Martins; Paulo Manuel Dantas Rosa; Vítor Paulo Gomes Pereira; Palmira Ribeiro da Costa; Perfeita Barreiro de Araújo Esteves; Eduardo Daniel Esteves Cerqueira; José Augusto Amorim Oliveira; Rui José Castro Chousal; Mário Fernandes da Cunha; Catarina Pereira Moreira; Manuel Joaquim da Costa Tinoco; Venâncio Fernandes; Alcides Duarte Pereira Júnior; Filipa de Castro Guerreiro; João Barbosa Cerqueira; Manuel de Jesus da Rocha Pereira; Daniel Rodrigues Barbosa; Maria Etelvina Lima Saraiva da Cunha Rocha Montenegro; José João Gomes Gonçalves; Eduardo José de Oliveira Dias; Manuel Lopes Fernandes; Eugénio Octávio Gonçalves Pereira; Celso Guerreiro Barbosa; José Felino Carneiro da Cunha; Manuel Lopes Fernandes; Manuel Alfredo Barbosa Nogueira; Amâncio Barbosa; Anésio Pereira Barbosa; Joaquim Felgueiras Lopes; António Gonçalves Barbosa José de Sousa Amorim; Francisco Gonçalves Dias, Maximiano Teixeira da Costa; -----

----- Do Presidente da Câmara – António Pereira Júnior e dos Vereadores: Décio Brandão Guerreiro; António Alberto Lebrão Martins Esteves, José Augusto Viana de Sousa e Manuel Pinheiro Monteiro. ---

----- De Manuel Miranda em substituição de Ivan Mata de Morais, depois de convocadas Iolanda Pereira, e Isabel Nolasco que, por compromissos inadiáveis, não puderam estar presentes, tendo apresentadas as respectivas justificações. -----

----- De Carlos Jesus Barbosa, em substituição de Luísa Maria Castro. -----

----- De Maria Ester Sousa Silva, em substituição de Agostinho Lourenço Fernandes de Sá. -----

----- Para substituição de Paula Caldas de Sousa, Maria José Fontelo Carranca e Fernando Carranca de Oliveira foram convocados Constantino Barbosa, Manuel Martins Rodrigues e Miguel Carlos de Sousa Barros, mas não compareceram. -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL

= PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA =

----- O **Presidente da Assembleia** verificando haver *quorum*, declarou aberta a sessão. -----

----- De seguida e nos termos do nº 2 do art. 27º, do Regimento da Assembleia, solicitou a inclusão de um assunto na ordem de trabalhos, relacionada com a composição da comissão municipal da protecção civil, tendo sido autorizada por unanimidade, passando a constituir o ponto nº 7 da Ordem do Dia, passando a intervenção do público para o ponto nº 8.-----

= ACTA DA SESSÃO ANTERIOR =

Ponto n.º 1 – Leitura do expediente, bem como dos anúncios que o regimento impuser e discussão e votação da acta da sessão anterior; -----

----- Na leitura do expediente, o Presidente da Assembleia disse ter-lhe sido endereçada uma exposição de um ex-membro desta Assembleia Municipal - senhor Major Pedro Miguel de Andrade Barreiro, onde é reclamado o pagamento, pelo exercício de funções nesta Assembleia. Disse que remeteria o assunto para os serviços jurídicos da Câmara para análise. -----

----- **A acta da sessão anterior foi submetida à votação, tendo sido aprovada, por maioria, com três abstenções, por não terem estado presentes.** -----

= APRESENTAÇÃO DE MOÇÕES =

Ponto n.º 2 - Apresentação de assuntos relevantes para o município e à emissão de votos e moções; -----

----- Neste período foi apresentada, Catarina Moreira, uma moção de apelo ao diálogo no debate sobre avaliação docente, que a seguir se transcreve. -----

----- *As escolas portuguesas estão a viver um momento difícil em resultado do conflito, que transparece tão visivelmente na opinião pública, entre os docentes e a tutela liderada pela Senhora Ministra da Educação.* -----

----- *Uma Assembleia Municipal não pode ser um mero fórum de debate dos problemas locais, desligando-os do seu contexto nacional em que a comunidade do município se integra e deve sentir-se incluída.* -----

----- *Os municípios, e nomeadamente o de Paredes de Coura, assumiram recentemente competências importantes na gestão do serviço público de educação e, através da mudança na legislação de gestão escolar, passaram a ter representação mais alargada nos órgãos de direcção estratégica das escolas públicas pela participação nos Conselhos Gerais.* -----

----- *Assim, um conflito que atravessa o quotidiano das escolas públicas e perturba as condições de trabalho e de motivação dos profissionais de educação não deixa de directa e indirectamente tocar a comunidade que representamos e de se relacionar com o exercício da actividade dos municípios, parceiros fundamentais nas escolas.* -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL

----- *Por causa deste conflito acerca da gestão e avaliação do pessoal docente, o serviço público de educação está a ser perturbado.* -----

----- *No exercício do seu legítimo direito à indignação, com tanta felicidade crismado por Mário Soares, e utilizando os direitos constitucionais à greve, reunião e manifestação, os docentes têm vindo a lutar pela revogação do regime de avaliação do desempenho e outros aspectos que consideram negativos das mudanças na sua carreira.*-----

----- *Essa luta, legítima numa democracia, e cujo civismo se destaca, tem tido efeitos na vida diária das comunidades educativas.* -----

----- *A posição dos docentes é clara, foi afirmada de forma patente e já manifestaram abertura ao diálogo e negociação.* -----

----- *A posição da tutela, transmitida à opinião pública, anuncia-se no sentido de negociar e dialogar.*

----- *Contudo, o conflito persiste e até a Conferência Episcopal Portuguesa e a Confederação das Associações de Pais já vieram salientar a necessidade de mais audição ou de escuta activa para produzir paz social no sector.* -----

----- *Perante este contexto, a Assembleia Municipal de Paredes de Coura:*-----

----- *atenta aos problemas que afectam a comunidade que representa;*-----

----- *considerando que a Educação é um elemento essencial para o progresso das populações e o desenvolvimento do concelho;*-----

----- *salientando a qualidade do serviço prestado pelos docentes e restantes profissionais do Agrupamento do nosso território educativo, bem evidenciada nos resultados escolares e na qualidade das aprendizagens dos alunos;*-----

----- *apela ao Governo para que realize diálogo com os professores, de forma aberta e na procura construtiva de um compromisso satisfatório, já que o prosseguimento deste conflito prejudica todo o país, o sucesso do ano lectivo e, em particular, a Escola Pública que é uma instituição fundamental em comunidades como a nossa.* -----

----- *Aos docentes que servem a nossa comunidade manifestamos o nosso apreço e solidariedade pela forma cidadã como, mesmo envolvidos numa luta laboral de grande impacto, sabem colocar os interesses dos alunos acima dos seus, superando o seu sentimento negativo e cumprindo os valores educativos da sua profissão.* -----

----- *O Presidente da Assembleia declarou abertas as inscrições.* -----

----- **Paulo Dantas Rosa:** Lamentou o desagrado pela ausência do PSD na Assembleia da República na votação. Disse concordar com a proposta em discussão e que o PSD a votava favoravelmente. -----

----- **Vítor Paulo Pereira:** Sobre este assunto, disse já era demasiado conhecida a sua opinião. É contra a avaliação. -----

----- *Trocando impressões com o grupo Parlamentar do PS, e não estando em causa a sua opinião, considerou-se que a Assembleia Municipal não é a sede própria para se falar deste assunto.* -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL

----- Cabe aos Sindicatos e ao Ministério da Educação uma tomada de posição.-----

----- Agradece a preocupação da autora da proposta, porém o processo deve seguir os trâmites normais e ser tratado pelas instituições reconhecidas pela lei e pela sociedade civil.-----

----- Preocupemo-nos com o concelho e seus problemas, disse.-----

----- **Joaquim Felgueiras Lopes:** Disse que, apesar de ser leigo nesta matéria, é a favor da avaliação dos professores.-----

----- Os Presidentes de Junta também são avaliados de quatro em quatro anos, por vezes atacados, achincalhados e maltratados.-----

----- Trata-se de um oportunismo dos professores, liderado pelo Partido Comunista Português, o que não aceita e, como tal, votará contra esta proposta.-----

----- **Venâncio Fernandes:** Disse tratar-se de um apelo ao diálogo entre as partes e não uma tomada de posição a favor ou contra a avaliação.-----

----- Pela falta de diálogo, os únicos prejudicados são as famílias e os estudantes.-----

----- Na defesa da democracia, ninguém poderá estar contra a avaliação, mas contra determinado modelo, tal como possivelmente acontecerá com Vítor Paulo.-----

----- O princípio da avaliação é o de corrigir para melhorar e nunca o de prejudicar.-----

----- **Catarina Moreira:** Disse não esperar a discussão do conteúdo da moção, porquanto o seu texto é claro.-----

----- O interessante seria dar um sinal claro de solidariedade e ânimo aos professores do concelho que, estando envolvidos nesta luta, gostariam, certamente, de saber que alguém os preza.-----

----- Referiu que as políticas municipais não estão separadas das nacionais e que por isso, já viu votar nesta assembleia moções com assuntos de âmbito nacional.-----

-----De novo lida e submetida à votação, esta proposta foi rejeitada, com 14 votos contra do PS, 7 abstenções do PS, e 10 votos a favor do PSD e 1 do PCP.-----

----- **Catarina Moreira:** disse que lamentava que não se aceite o papel de fórum e debate que a Assembleia Municipal pode ter, para além das meras questões locais. Que não se valorize o papel da parceria dos municípios na acção educativa. Que se afastem dos valores de diálogo que a moção visava salientar. Que assumam a desatenção que este problema tem nesta comunidade e que se recuse salientar a qualidade dos serviços prestados pelos docentes e restantes profissionais do nosso Território Educativo, bem evidenciado nos resultados escolares e na qualidade das aprendizagens dos alunos, a que aqui se fazia alusão.-----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL

= INTERPELAÇÕES AO PRESIDENTE DA CÂMARA =

Ponto n.º 3 - **Interpeleções ao Presidente da Câmara Municipal.** -----

----- **Venâncio Fernandes:** Volta a questionar sobre a ligação à A3, na sequência da informação do Sr. Presidente, na última assembleia, sobre a vinda de um membro do governo para anunciar esta obra. Espera, disse, que a crise anunciada não nos vá passar novamente para segundo plano. -----

----- Questionou ainda sobre uma construção na freguesia de Bico, alvo de notícia na comunicação escrita.-----

----- Perante o processo desenvolvido e documentos apresentados, o que, de facto, foi feito por parte da Câmara ao ter conhecimento de eventuais falsidades de documentos.-----

----- Questionou, ainda, sobre a multa aplicada ao Executivo Camarário pelo Tribunal de Contas. -----

----- No acesso que teve ao respectivo relatório, parece implícito que o Sr. Presidente assumiu a responsabilidade pelo sucedido. Gostaria, assim, de saber quais os motivos que o Sr. Presidente invoca para não ter pedido a demissão ou se pondera, ainda, vir a fazê-lo. -----

----- **Joaquim Lopes:** Questiona sobre a colocação de rails na EN 303, em Codessal, porquanto há zonas perigosas, apesar da existência de passeios.-----

----- Volta a alertar para a necessidade de permissão de ultrapassagem na Avenida de Cenon, no sentido ascendente.-----

----- **Maximiano Teixeira:** Pede desculpa por voltar a falar na questão dos animais à solta. Que já é segurança das pessoas que está em causa, porquanto um popular na sua freguesia já foi alvo de ataque por um animal quando ia tapar uma água.-----

----- Não sendo contra o facto de os animais andarem à solta no monte, deveria, contudo, preservar-se as nossas raças autóctones, sendo necessário, a existência de um regulamento, pelo que apela à tomada de medidas.-----

----- Referindo-se à vacinação dos canídeos, sugere que a mesma seja feita por lugares, com base no respectivo registo.-----

----- Atendendo à considerável distância de alguns lugares ao local de vacinação, Sede da Junta de Freguesia, a vacinação por lugares e assim evitar-se-ia a dificuldade de deslocação, nomeadamente de pessoas idosas.-----

----- **José Felino:** Lamenta que a reunião entre a Câmara, Juntas de Freguesia e EDP, realizada em Junho, não tenha produzido quaisquer efeitos.-----

----- Pediu a mudança de um poste em 15 de Setembro, o que não se verificou até à data, o mesmo acontecendo com o pedido de seis candeeiros.-----

----- Tendo em consideração as grandes opções do plano e orçamento pergunta, qual o preço que a Câmara terá a pagar pelo reforço no piso de estrada de Angústias a Insalde, considerando o mau trabalho executado.-----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL

----- Quanto à vacinação dos canídeos, apoia o colega da junta de Vascões e aconselha-o a realizar um contrato com um veterinário que desenvolva o trabalho por cada um dos lugares. -----

----- Respondendo às questões, o Sr. Presidente da Câmara informa: Venâncio Fernandes - que a expectativa da vinda de um membro do governo anunciar o lançamento da ligação à A3 e outras obras na região foi criada numa reunião com o Senhor Primeiro Ministro e com o secretário de Estado das Obras Públicas, em Lisboa. -----

----- A não se ter verificado em 2008, espera que tal se verifique em 2009. -----

----- As diligências prosseguem, nomeadamente por parte de um dos Deputados da Assembleia da República, eleito por Viana do Castelo. -----

----- Quanto à construção a que se refere na freguesia de Bico, o processo está a ser acompanhado com exigência, quer pelos técnicos municipais, quer pela Estradas de Portugal. -----

----- Quanto à eventual existência de documentos falsos ou problemas de propriedade, é uma questão a ser dirimida em Tribunal. -----

----- É um processo com atenção especial, até por parte de outros organismos que superintendem no assunto. -----

----- Os projectos são aprovados e licenciados com base na regulamentação camarária e nos pareceres de outras entidades, com responsabilidade na matéria. -----

----- Relativamente às multas aplicadas pelo Tribunal de Contas a toda a vereação, é um processo que tem a ver com a legislação que iam cumprindo desde há muitos anos, nomeadamente no que se refere a trabalhos extras com uma margem de 25% do orçamento da obra. -----

----- Perante outras aprovações por parte do Tribunal de Contas, o procedimento foi sendo adoptado até que surgiu um entendimento contrário, no caso da obra do Centro de Educação e Interpretação Ambiental, em que, apesar de não ultrapassar 25% de trabalhos a mais, de todas as justificações às questões levantadas pelo próprio Tribunal, o entendimento foi o de aplicação de multa. -----

----- De futuro, sempre que haja trabalhos a mais, a obra será interrompida, de forma a fazer-se concurso para os mesmos. -----

----- Quanto à eventual demissão, que questiona, perante o cumprimento da lei, parece ter havido uma condenação injusta. -----

----- Respondendo a Joaquim Felgueiras Lopes, informa que, em sua opinião, a “Estradas de Portugal” não irá colocar mais rails. Já se providenciou que as oficinas procedam à colocação de grades, considerando o perigo que a falta de rails constitui, em especial para os peões. -----

----- Quanto à permissão de ultrapassagem no sentido ascendente da Avenida de Cenon, é um assunto já falado em reunião de Câmara, tendo sido providenciado. Apenas se espera que o empreiteiro, a quem se entregou o trabalho, tenha mais obras que justifique a deslocação da máquina de pintura. -----

----- A Maximiano Teixeira, relativamente à preocupação dos animais à solta, informa que poderá voltar-se a pedir às entidades competentes a sua regulamentação. -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL

----- Não é à Câmara que compete legislar e/ou regulamentar esse tipo de actividade, mas sim ao Ministério da Agricultura. -----

----- Os dez Presidentes de Câmara do distrito falaram com o Sr. Ministro da Agricultura, sensibilizando-o para a necessidade de tal regulamentação. A resposta foi de que estava em estudo legislação adequada, o que ainda não se verificou. -----

----- Atendendo a que um animal atacou entretanto uma pessoa, insistir-se-á neste assunto. -----

----- Relativamente à vacinação dos canídeos, irá providenciar junto do Veterinário Municipal, propondo um outro tipo de acção, podendo, no entanto, registar-se limitações pelo facto de o mesmo seguir instruções da Direcção Geral de Veterinários. -----

----- Em resposta a José Felino Carneiro Cunha, no que à EDP se refere, sabe que há desânimo na actuação definida na reunião entre as Juntas de freguesia e responsáveis da empresa, pois criaram-se expectativas que foram frustradas.-----

----- Disse que iria levar ao conhecimento do Sr. Director o desagrado de forma a melhorar a situação. -----

----- Quanto ao piso da estrada de Angústias a Insalde, foi de € 1,50, o custo do metro quadrado do piso, pelo que é uma questão de medição e contas. Nada se pagou a mais.-----

----- O Presidente da Assembleia Municipal deu a palavra aos representantes nas diversas comissões. -----

----- **Joaquim Felgueiras Lopes** deu conta do que se falou no Conselho Municipal de Educação, de 14 de Outubro, nomeadamente, subsídios escolares, transferência de competências do Ministério da Educação para o município e ainda os 36 alunos que, tendo concluído o 12º ano, se candidataram ao Ensino Superior e obtiveram colocação.-----

----- Que à Escola Profissional (EPRAMI) tem dois novos cursos – Técnico de Electrónica e Oftalmologia, bem como um total de 148 alunos no pólo de Paredes de Coura. -----

----- **Maximiano Teixeira Costa**: não tendo havido reunião, solicita aos Presidentes de Junta que façam chegar ao Gabinete Técnico Florestal propostas de intervenção nas suas freguesias, no âmbito da prevenção de incêndios florestais, pontos de água e informação de situações de risco junto às habitações. -----

----- O Plano Anual de Defesa da Floresta está em processo de revisão. -----

----- Existem várias oportunidades de financiamento a 100% para as áreas de baldio.-----

----- O Presidente da Assembleia Municipal informou que, tendo decorrido na véspera, dia 11, uma reunião da assembleia intermunicipal, nem o próprio, nem o Vítor Paulo Pereira, puderam participar.---

----- Contudo, informou que foi aprovado o orçamento para 2009, bem como o Regulamento do Conselho de Coordenação de Avaliação do Vale do Minho e o Regulamento de cedência e venda de produtos e serviços de informação geográfica. -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL

----- **Manuel Miranda:** referindo-se à informação relativa ao Programa Operacional do Potencial Humano, destinado aos funcionários das Instituições Sociais, em que a EPRAMI é parceira, informou que esta escola está em condições e pronta a iniciá-lo, se possível, ainda em 2008.-----

----- **Venâncio Fernandes:** questiona sobre a diminuição do número de visitantes ao Centro de Educação e Interpretação Ambiental, na ordem dos 50%.-----

----- O Presidente da Câmara respondeu a Venâncio Fernandes, dizendo que a diminuição a que se refere foi, desde logo, analisada pelos responsáveis, concluindo-se que no ano de abertura do CEIA poderá ter havido alguma curiosidade. Entretanto, haverá necessidade de criar e proporcionar mais actividades que vão de encontro ao interesse dos visitantes.-----

----- Que será ponderada a possibilidade de candidatura de um estágio profissional ao PEPAL, com vista à dinamização e animação turística.-----

= ORDEM DO DIA =

= **APRECIÇÃO DA INFORMAÇÃO ACERCA DA ACTIVIDADE DO MUNICIPIO** =

Ponto n.º 1 - **Apreciação da informação escrita do Presidente da Câmara acerca da actividade do município, bem como da sua situação financeira, nos termos da al. e) do art. 53º, da Lei 169/99, de 18 de Setembro.**-----

----- Não houve inscrições para intervir.-----

= **OPÇÕES DO PLANO E PROPOSTA DE ORÇAMENTO PARA O ANO DE 2009**=

Ponto n.º 2 – **Apreciação, discussão e votação da proposta da Câmara Municipal para as Opções do Plano e Proposta de Orçamento para o ano de 2009.**-----

----- O **Presidente da Assembleia** começou por esclarecer que a Mesa recebeu uma proposta que contém alterações em rubricas relativas ao quadro de pessoal da Câmara., pedindo autorização para que seja incluída nos documentos em discussão.-----

----- A razão da alteração prende-se com a informação complementar acerca das novas designações do quadro de pessoal recebidas após a aprovação do plano e orçamento por parte da Câmara, não estando em causa alterações de despesas, mas apenas classificações orçamentais.-----

----- Não sendo registada qualquer oposição a esta proposta, a referida alteração foi incluída neste ponto.-----

----- O **Presidente da Câmara** fez a apresentação geral destes documentos, referindo que as suas vertentes principais se direccionam para a acção social, ambiente e acessibilidades.-----

----- Em termos globais, há um aumento em relação a 2008, o que se deve à integração do pessoal auxiliar das escolas no quadro de pessoal do Município, já existente e ainda a contratos de acordo com o rácio definido pelo contrato de execução.-----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL

----- Colocando-se à disposição para esclarecer quaisquer dúvidas, ou responder a questões, Catarina Moreira, do PCP, passou a ler o documento que a seguir se transcreve: -----

----- **Catarina Moreira:** *‘O clima habitual destas reuniões sobre orçamento e contas, tema árido e técnico, não é muito interessante. Os documentos são pesados, complexos e de leitura difícil. -----*

----- *Só o facto de também discutirmos impostos (uma das duas únicas coisas certas da vida) torna tudo isto pouco apazível. -----*

----- *O debate deve ser colocado na sua vertente política e com realismo. -----*

----- *Assim, para não correr o risco de ser mal interpretada e gerar reacções que nos desviem do objectivo que, tenho a certeza, é comum, de garantirmos que se gasta com disciplina o dinheiro público do município, salvaguardadas as diferentes opções políticas, gostava de apelar a que se instalassem algumas balizas na discussão:-----*

----- *1. Que as dúvidas que vou colocar sejam respondidas no âmbito político, na perspectiva de justificar a escolha política que traduzem;-----*

----- *2 Que seja ouvida a mensagem, e não discutido o mensageiro. Quero com isto dizer que peço que não me seja retirado o direito de duvidar das escolhas e, sem desprimor para a valia técnica de quem elaborou os documentos, seja aceite que, mesmo em questões técnicas, há perspectivas divergentes e o direito à dúvida. -----*

----- *3. Que se discuta o que este documento traduz de opções para o nosso futuro e desenvolvimento. Nenhum de nós precisa de aprender mais do que sabe sobre orçamentos e contas, precisamos é de saber que efeito terá no nosso dia-a-dia o conjunto de escolhas e acções que essas opções de despesa e de aplicação de receita aqui colocadas à discussão traduzem; -----*

----- *4. Compreendo a emoção de alguns que, tendo dado muitas horas de trabalho a produzir estes documentos, tomem quase como ousadia alguém vir aqui duvidar e questionar. Mas como Jaime Gama muito bem salientou na recente polémica dos deputados faltosos no Parlamento, mais que um direito, perguntar e exercer o seu mandato é um dever de quem o recebeu do povo. E o povo que me elegeu revê-se, com certeza, nas minhas dúvidas e registará que sejam encaradas com rigor. -----*

----- *5. Dada a importância que lhes dou, solicito ao Senhor Presidente da Assembleia que reforce as garantias de rigor das actas impondo a transcrição precisa das respostas que forem aqui ouvidas. -----*

----- *Este ano decidi acatar o conselho que o Senhor Presidente da Câmara me deu e contactar técnicos especializados em contas públicas para me ajudarem na análise destes documentos. E confesso que a opinião que me transmitiram foi bastante lisonjeira para as posições que a CDU tem assumido nesta Assembleia. -----*

----- *Depois de uma análise exhaustiva, resumiram-me a sua perspectiva da seguinte forma: um orçamento só pode e deve ser discutido por contraponto às execuções anteriores de orçamentos da mesma instituição e numa base comparativa. -----*

----- *Como um orçamento é um projecto para o futuro, só vale a pena analisá-lo face às condições de execução. E essas, só se podem determinar pela comparação com as execuções orçamentais*



ASSEMBLEIA MUNICIPAL

anteriores, pois só elas permitem avaliar as condições efectivas de execução futura. Um bom futuro é preparado com base no passado. -----

----- Assim, posso, com segurança, fazer duas afirmações sobre estes documentos: -----

----- 1ª - Que não vale a pena perder tempo e fazer-vos perder tempo com a análise item a item do orçamento, como a CDU tem feito nos anos anteriores. Não porque a análise estivesse errada, ou sequer fosse pouco relevante, mas porque estava a aceitar discutir a fantasia e a ficção que o orçamento constitui como projecto para o futuro. -----

----- 2ª - O que vale a pena ser analisado é a relação desta previsão com as contas e a execução que provam como o do ano presente foi ficcionado e, na medida em que o deste ano reproduz muitas escolhas semelhantes, também continuará a sê-lo. -----

----- As fadas são ficção. Por isso, não é muito produtivo perder tempo a discutir a aparência das suas vestes. O mesmo vale para este orçamento. -----

----- Na realidade, a discussão não deveria ser sobre como gastar mas, sim, sobre como poupar. -----

----- De qualquer modo, espero que tolerem um pouco mais a minha intervenção e tenham a paciência de aceitar que partilhe convosco as observações que me parecem relevantes. -----

----- Para isso, basta que vão à última página da informação à Assembleia Municipal distribuída e leiam o quadro que nela consta sob o título "Resumo da execução da receita e despesa". Nesse quadro existem as seguintes colunas:-----

----- - Uma que indica quais as receitas e despesas a analisar;-----

----- - Outra, ao lado, que, com o título dotação, nos recorda o que se aprovou como orçamento no ano passado; -----

----- - Nas terceira e quarta, o valor efectivamente recolhido ou gasto e a percentagem do que estava previsto que efectivamente aconteceu. -----

----- Imaginem que o orçamento do ano presente era uma maratona. Colocado a poucos metros do fim, isto é a 24 de Novembro, o Município de Paredes de Coura está com dificuldades em concluí-la. Na corrida das receitas correntes, quando falta 1/12 do ano para executar, ainda falta 1/5 da receita prevista para receber. Nas receitas de capital (e já sabemos que é aqui que entra o capítulo fundos comunitários), faltando um mês do ano, ainda falta percorrer 69% da maratona. Uma das alíneas que previa 520 mil euros de receita só foi executada, à data de 24 de Novembro, em menos de 1%. Nesse capítulo a única receita que realmente foi recolhida de forma significativa foi a que reporta ao passivo (ou seja, empréstimos) que já foi executada em 92,1%. Isto é, vendas previstas não se conseguiram fazer. Transferências não vieram. Activos financeiros, não se realizaram (de 4 milhões e seiscentos mil euros só se receberam miseráveis 154 mil). Dos cerca de 22 milhões e seiscentos mil euros que se previam de receita total no ano em curso só se realizaram 46,2%. Portanto, no capítulo da receita, nem a meio da maratona anual chegamos, quando já só falta um mês de corrida. O bom senso mandaria que, no próximo ano, se corrigisse a previsão. Se num ano inteiro não se realizou, que base racional permite aceitar que "para o ano é que vai ser"? Espantosamente, embora o Senhor Presidente nos diga na sua apresentação que as receitas mingam (o que é verdade, face ao constatado na execução verificada no quadro que vos salientei), o facto é que a previsão do orçamento é de crescimento da



ASSEMBLEIA MUNICIPAL

receita que se prevê suba cerca de um milhão e seiscentos mil euros por comparação ao previsto para este ano (e realizado só a metade). E acresce a isto que algumas alíneas de previsão de receita são exactamente iguais na comparação entre o ano que passou e o ano que começa. Daí a minha afirmação de que este orçamento tem uma base que é mais que previsional, é ficcional. -----

----- A execução das despesas tem valores mais altos. Isto é, recebe-se realmente menos do que se prevê mas gasta-se o mesmo ou mais do que se previu e, em vez de reduzir a previsão de gastos futuros, continua-se a subir. O princípio do equilíbrio orçamental impõe que as receitas previstas sejam iguais às despesas. O problema é que se este princípio se aplica à construção da previsão, a realidade não se deixa domar por ele. Por isso, as receitas são as que houver e as despesas são as que deixarmos fazer. O contraponto é que, sem receita para despesas que não baixam, o único remédio é aumentar o passivo. Em cada ano lá aparece essa referência mas, a verdade, é que nunca nos é claramente destacado e analisado o valor total da dívida municipal. Como a contabilidade orçamental é anual, sabemos com rigor as flutuações de cada ano, os empréstimos que, com as mais variadas justificações e denominações nos é solicitado autorizar (e que a CDU, que já entendeu o sistema, exaustivamente critica e recusa autorizar). Isto porque, parece mal que, mesmo estando dentro dos limites legais, a situação financeira deste município inclua uma dívida de empréstimos total de quase 5 milhões de euros (exactamente 4.796.982,61 euros) a que acrescem cerca de 3 milhões a fornecedores. -----

----- Isto é, números redondos, o município devia 8 milhões de euros em 24 de Novembro deste ano sendo que, até essa data, tinha uma receita total de 10 milhões. Assim, o município deve quase tanto como a sua receita efectiva num ano (corrente e de capital) e vai passar a dever mais porque a previsão do total contratado em empréstimos em 2009 passará os 6 milhões de euros. -----

Se continuar o mesmo modelo de gestão de dívidas a fornecedores a situação não é nada animadora e, mais ainda, num contexto de compressão efectiva da receita. -----

----- A discussão do caminho, da estrada ou do jardim, se for a via a seguir neste debate, escamoteia o facto essencial que resulta desta análise tão simples e tecnicamente tão incisiva: o montante da dívida, a sua evolução crescente e a sua relação com a receita. -----

----- É esta questão que merece ser discutida porque os pormenores que às vezes são aqui trazidos poderão dispersar-nos deste problema colectivo fundamental. -----

Qual a viabilidade de uma administração municipal com um arcaboço financeiro tão frágil e periclitante? -----

----- Ano a ano, temos levantado este problema. Infelizmente uma certa tendência de unanimíssimo e de fuga à realidade, e desculpem a expressão ousada, cegueira, tem feito com que as nossas palavras caíam no vazio. -----

----- Correndo o risco de os presentes, mais uma vez, se incomodarem com este discurso realista, sentimo-nos, de novo, na obrigação moral de confrontar a comunidade courense com este problema: votar este orçamento é um puro acto de fé. A sua base é irreal e funda-se no recurso à dívida e a receitas previstas de forma inflacionada e comprovadamente não executáveis. -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL

----- Voltando à metáfora desportiva, é como se o Município fosse um corredor de maratona que treina ano a ano, se esgota (em despesas) até ao limite, não chega a meio do caminho (nas receitas) e só chega no fim do ano porque é empurrado (os empréstimos), mas insiste que para o ano vai ganhar a corrida e ainda vai correr mais uns metros. Se fosse um corredor, seria um acto sensato fazê-lo mudar de vida mas, como aqui acontece, era provável que, mergulhado no seu sonho, recusasse fazê-lo. Por isso, há aqui quem vote a favor deste orçamento e nós, com realismo, votamos contra. Amigos na mesma, como se diria numa discussão particular, mas sempre lembrando que, aqui, como no país, estas ilusões pagam-se sempre caro. E quem paga estas fantasias é o contribuinte.-----

----- Solicito ao Senhor Presidente da Assembleia que a presente intervenção seja considerada como Declaração de Voto e, como tal, nos termos do Regimento, transcrita na acta independentemente da gravação.-----

----- **Venâncio Fernandes:** referindo-se à informação à Assembleia, previamente entregue, disse que os valores de execução, quer nas receitas, quer nas despesas, estão, respectivamente em 46,2 e 46,3%. Concluiu que do previsto para 2008, apenas foram executados estes valores. A um mês do final do ano poderá ascender a 50%, disse.-----

----- Em sua opinião, estas opções do plano são aquilo a que, com respeito, chamaria uma brincadeira. Só é apresentado porque tem de o ser. Poderá ter o rigor técnico dos números mas não o rigor das políticas.-----

----- Fazendo uma abordagem geral, com referência específica a algumas rubricas e obras, concluiu que esta não é a melhor forma de gerir o município.-----

----- **Vítor Paulo Pereira:** Também numa abordagem geral do orçamento, tal como das anteriores intervenções, referiu que o PS votaria favoravelmente este orçamento por:-----

----- - Considerar que estas opções e as propostas de orçamento privilegiam a educação.-----

----- - Incluir o lançamento dos jardins-de-infância, na reestruturação desta rede.-----

----- - Por incluir medidas de preservação ambiental.-----

----- - Prevê medidas de combate à pobreza e exclusão social, justiça social e preocupação com o futuro das gerações.-----

----- **Rosalina Martins:** Considerou o orçamento um instrumento político que responde a uma estratégia direccionada para o desenvolvimento do concelho de Paredes de Coura. Que se pode duvidar das escolhas, mas governar é fazer opções e esta é a escolha deste executivo, mandatado para estes quatro anos.-----

----- Denominou-o de documento previsional para um município com características muito próprias, em que as receitas são provenientes do orçamento de Estado e de fundos captados ao quadro comunitário de apoio, ao contrário dos municípios de grande dimensão. Disse ainda tratar-se de um orçamento que marca um ponto de viragem direccionando-se para as funções sociais.-----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL

----- Que a educação tem sido uma prioridade deste município, sendo preciso reorientar algumas estratégias no sentido de dar atenção à primeira infância e conferir uma atenção particular aos problemas da terceira idade. -----

----- Referiu tratar-se de um orçamento elaborado num tempo de crise, não só do país, mas também da Europa e sobretudo um orçamento discutido com todos os presidentes de junta. Referiu ainda que tem a preocupação fundamental com o ambiente e disse congratular-se com Paredes de Coura em tornar-se no primeiro concelho do distrito a ter saneamento básico em todas as freguesias, aspecto considerado pela Organização das Nações Unidas como índice de qualidade humana. -----

----- Por fim, referiu que por todas estas razões o grupo municipal do PS votará favoravelmente este orçamento, ciente que consubstancia, efectivamente, aquele que foi o contrato eleitoral celebrado com os munícipes de Paredes de Coura.-----

----- **Paulo Dantas Rosa:** Disse que os presidentes de junta do PSD têm liberdade de voto, já que foi discutido com eles e que nesse sentido contempla as obras que, provavelmente, propuseram. Mas, o grupo do PSD vota contra pelos motivos a seguir designados: -----

----- 1º Não reflecte o pacote fiscal do PSD; -----

----- 2º Contém a venda e concessão de rede de águas da qual o PSD não concorda e não aceita;

----- 3º Propõe a realização de parques de embelezamento na vila obras que o PSD também não considera obras essenciais; -----

----- 4º Não é objectivo nas obras, continua, desde 2002, 2004 e 2006 praticamente, com as mesmas obras.-----

----- **Joaquim Lopes:** Na qualidade de representante dos presidentes das Juntas disse que votaria a favor. Que é verdade que não estão muito satisfeitos, mas mesmo assim são responsáveis e conscientes e defendem o progresso e o desenvolvimento do concelho.-----

----- **Presidente da Câmara:** Disse que responderia politicamente às questões levantadas do Orçamento, pois, para as questões técnicas, estava presente a funcionária que o elaborou. -----

----- Disse respeitar a opinião que Catarina Moreira fez do Orçamento e que, por vezes, concorda com ela, quando diz que devemos analisar orçamento por aquilo que dele resulta, registando-se o que, na conta de gerência, se efectivamente se realizou, e em que percentagem; disse que neste último mês, é capaz de se realizar um pouco mais. -----

----- Quanto ao orçamento de 2009, prevê que se realize ainda menos atendendo aos empréstimos. Porque estão a ser executadas obras, pagas primeiro para depois receber as participações dos fundos comunitários.-----

----- Os dois últimos orçamentos foram feitos baseados no QREN, programa que devia ter arrancado há dois anos e que praticamente ainda não começou. O que quer dizer que as obras que tinham sido programadas, baseando as receitas, nas receitas do QREN não se puderem executar, ou se calhar



ASSEMBLEIA MUNICIPAL

..... não se fizeram como se deviam fazer. O orçamento reflecte esta baixa de não se ter avançado mais do que os 50%.-----

----- Nesta sequência, aproveitou para referir que os parques da Vila a que o PSD se referiu são as obras de recuperação do largo da feira e o parque na Av. Cónego Chouzal, cujos projectos estão feitos e aprovados, há cinco anos, não por este Executivo, mas pelo anterior e aguardam uma oportunidade de candidatura, não são prioridades deste orçamento, mas já foram incluídos no orçamento do ano anterior. E é claro que se a comparticipação for aprovada, são para avançar, não vai devolver o dinheiro.-----

----- Que a prioridade da Câmara é o saneamento, faltando ainda sete freguesias, a cerca de oitenta mil euros cada, é cerca de meio milhão de euros que ainda vai ser gasto nessas obras.-----

----- A grande prioridade consiste em completar a Carta Educativa. E para isso há que avançar com três jardins-de-infância: Cristelo, Rubiães e Mozelos e as creches, estas últimas em Cossourado e Castanheira, com candidaturas feitas e aprovadas, estando neste momento a negociá-las para o aumento do financiamento, mas se isso não acontecer, elas irão ser construídas na mesma, o que vai exigir um grande esforço financeiro do Município.-----

----- Relativamente aos caminhos nas freguesias, pedidos pelos senhores Presidente de Juntas de Freguesia, só pode avançar com as reposições de pisos depois do saneamento concluído, mas o investimento nas freguesias continua.-----

----- Falou da freguesia de Vascões, questão levantada por Venâncio Fernandes, onde se fez nos últimos anos um investimento na ordem dos seiscentos e noventa e três mil euros. Decorre o alargamento e pavimentação do caminho do Corrêlo à Branda, que rondará os cinquenta mil euros, mais vinte e cinco mil os balneários. Que um dos desejos do presidente da junta é de que se avance com o caminho do Penedo ao Chapéu Longo, obra que custará 56.000.00€, depois ainda, o alargamento do caminho do Paço, que já foi previsto pavimentá-lo em alcatrão, agora em calçada à portuguesa, mas o esforço financeiro feito em Vascões não permite que se satisfaça a vontade do presidente, há que haver alguma contenção e as freguesias do concelho, são mais vinte.-----

----- Disse não ter a veleidade de cumprir a 100% o orçamento, mas este é um documento previsional onde apontaram as vontades que têm de fazer e de realizar e, onde muitas vezes põem muita ousadia e as vezes sofrem com isso, mas que estão a tentar cumprir a obrigação que assumiram ao estar à frente dos destinos do concelho e tentar realizar as obras que irão dar melhor qualidade de vida aos courenses.-----

----- Dirigindo-se ao Presidente da Junta de Romarigães, disse não ter falado com ele sobre o Largo do Pisco, mas disse estar convencido de ele tinha conhecimento disso, por o assunto ter sido tratado com a Comissão Fabriqueira, e esta confirmou a impressão de que a obra do parque de estacionamento tinha a anuência do Presidente da Junta.-----

----- Presidente da Junta de Romarigães – José Amorim: Disse que a Comissão Fabriqueira deveria tê-lo avisado para estar presente e desse modo dar conhecimento do que se estava a passar.-----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL

----- **Décio Guerreiro:** tendo solicitado o uso da palavra, foi autorizado a intervir pelo Presidente da Câmara. Dirigiu-se a Vítor Paulo Pereira dizendo-lhe que afinal tinha sido a Câmara que havia falado com a comissão fabriqueira à revelia do Presidente da Junta e ainda que quando se quiser referir às declarações de voto do PSD, na Câmara, que abra o direito de resposta na assembleia. -----

----- **Vítor Paulo Pereira:** Disse que as suas palavras não foram compreendidas e que as declarações de voto do PSD como são sempre muito sucintas, deixam-lhe sempre dúvidas. Que pareceu uma insinuação de que PS estava a fazer uma administração displicente. Pois considera que é importante que se aproveitam os fundos comunitários para realizar as obras que terão de ser feitas. -

----- **Foi deliberado, por unanimidade, prorrogar os trabalhos para além das vinte e quatro horas.**-----

----- **Catarina Moreira:** Reportando-se às explicações do Presidente, solicitou mais esclarecimentos, nomeadamente no quadro da situação financeira municipal é indicado em conta corrente as dívidas a fornecedores de imobilizado no valor de € 2 217 000,00, pergunta se estas obras foram feitas ao abrigo de projectos aprovados com fundos comunitários. Considerou estes, um presente envenenado, porque enquanto estes fundos não são saldados, as obras têm de ser pagas obrigando o recurso ao crédito pelo município. -----

----- **Presidente da Câmara:** Referiu que as verbas dos fundos comunitários só são recebidas depois de remetidos os comprovativos do pagamento da realização das obras, por parte do Município. Que há atrasos nos reembolsos, por vezes, de mais de um ano, criando enormes dificuldades de tesouraria, havendo, por isso, necessidade de recurso a contracção de empréstimos, para acorrer a estas dificuldades. -----

----- Que as candidaturas só podem ser feitas a partir de determinado limite e que muitas das obras feitas nas freguesias têm que ser pagas pela Câmara, porque os seu valores não são candidatáveis e ao obrigar a Câmara avançar com pagamentos das obras candidatas impede-a de cumprir os compromisso com as freguesias. -----

----- **Catarina Moreira:** Na sequência das explicações do Presidente acerca do aumento do investimento nas funções sociais, solicitou que fosse esclarecido por que é que a urbanização na Vila, ou seja tudo que seja remodelação de largos ruas arranjos dos largos, etc., está inserido nas funções sociais. -----

----- **Presidente da Câmara:** Disse que as funções sociais englobam a educação, segurança, habitação, serviços colectivos, culturais, recreativos e religiosos. Referiu ainda que também abrange o apoio à habitação degradada onde vivem pessoas economicamente dependentes e que já de alguns anos a esta parte se tem vindo a fazer um esforço financeiro para as requalificar. -----

MANDATO DE 2005 A 2009



ASSEMBLEIA MUNICIPAL

----- Falou do Regulamento de Apoio à Natalidade, à Família e à População Idosa do Município de Paredes de Coura', que vai a discussão pública e para o qual solicitou especial atenção.-----

----- **Venâncio Fernandes:** Quanto à utilização dos fundos comunitários, disse que tinha a ver com a questão do endividamento e que era uma situação que tem que se decidir.-----

----- Relativamente às previsões das grandes opções do plano, referiu a necessidade de prudência na inclusão das obras, pois não havendo condições para as realizar é mais conveniente não as incluir.

----- **Presidente da Assembleia** esclareceu que a Mesa não emite juízos de valor sobre as declarações de voto e que estas não podem ultrapassar os três minutos. -----

----- **De seguida submeteu a proposta de Opções do Plano e Proposta de Orçamento para o ano de 2009. à votação, e foi aprovada, por maioria com 31 votos a favor, sendo 27 do PS e 4 do PSD, 6 votos contra sendo 5 do PSD (Alcides Pereira Júnior; Ana Maria Brandão Guerreiro; Paulo Dantas Rosa e Venâncio Fernandes), e 1 do PCP (Catarina Moreira) e 1 abstenção do PSD. Foram apresentadas declarações de voto pelo PSD, que a seguir se transcreve e pelo PCP, transcrita supra. -----**

-----Foi também discutida a autorização para proceder à realização de um empréstimo de curto prazo, para ocorrer a dificuldades de tesouraria, no ano de 2009 previsto no nº 7 do artigo 38º da Lei nº 2/2007, de 15 de Janeiro, no valor proposto de € 600 000,00 (seiscentos mil euros), montante que respeita os limites fixados no nº 6º do art. 39º da referida Lei, -----

-----A autorização para contrair o empréstimo foi submetida à votação e foi aprovada, por maioria, com a mesma votação das Opções do Plano e Proposta de Orçamento para o ano de 2009.-----

-----Com a mesma votação, foi aprovada a acta em minuta relativamente a esta proposta. -----

----- Declaração de voto apresentada pelo PSD: '*Orçamento e Plano*-----

----- *Os documentos que nos são apresentados para apreciação:* -----

----- 1 ° *Não reflectem o pacote fiscal do PSD;* -----

----- 2 ° *Contém ainda a venda /concessão da rede de águas que o PSD não aceita;*-----

----- 3 ° *Propõe a realização de parques de embelezamento da Vila, obras que o PSD não considera essenciais, considerando-se mesmo supérfluas, atendendo ao período de crise económica e financeira;*-----

----- 4 ° *Não é objectivo nas obras solicitadas pelos senhores presidentes das juntas e que efectivamente se pretende concretizar.* -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL

----- *Vamos clarificar esta falta de objectividade,*-----

----- *O PS, como lhe compete, tem vindo a apresentar as Grandes Opções, o Plano Plurianual de Investimentos e Plano de Actividade Municipal.*-----

----- *Desde 2002 a 2004 aqueles documentos tem referido intenções de investimento, negociados e a pedido dos Senhores Presidentes de Junta, diz o Snr Presidente da Câmara.*-----

----- *Quer isto dizer que as obras de viação rural nestes documentos são quase na totalidade o que os Srs. Presidentes de Junta, tem pedido.*-----

----- *Nesta análise que efectuamos, e apenas para expor o ridículo da situação, das vossas promessas, escolhemos apenas uma, e só uma, obra por Freguesia a título de exemplo, e escolhemos algumas que estão até em execução.*-----

----- *Como é que tendo negociado e prometido (a inclusão nas grandes opção é uma forte promessa), o caminho do Souto em Agualonga, o caminho da Lameira a Casainhos, em Bico, o Caminho do Valinho em Cossourado, o Alargamento do caminho do Lodeiro em Cristelo, o Caminho do Armilo à estrada do Val em Formariz, o caminho de Robordães do Meio em Insalde, o do Sobreiro em Linhares, o do Cimo da Vila em Padornelo, o dos Carneirinhos em Parada, o das Eiras nas Porreiras, o do Touro em Resende, o do Castanhal à Chã da Atola em Rubiães, o do Eido de Cima em Castanheira, o de Vila Verde em S Martinho de Coura, o de Lisouros a Penim em Cunha, o de Monte d'Além em Ferreira, o do Rito em Mozelos, o do Largo do 'Capador' à Amélia dos Portos, o do Outeiral em Romarigães, o do Pólo em Roriz, Infesta, o da Arroteia em Parada, e o do Corelo à Branda em Vascões, se pode achar que estamos perante documentos sérios, objectivos.*-----

----- *Não o são. Estas obras estão prometidos, pelo menos desde 2002 a 2004, isto é do anterior mandato, mantiveram-se em 2006, no início deste mandato, e estão nos documentos agora apresentados.*-----

----- *Consegue o Sr Presidente da Câmara explicar aos Courenses porque é que promessas de 2002 ainda estão por cumprir? Esta habilidade Sr Presidente pode, e tem durado muito tempo, mas como tudo não dura para sempre.*-----

----- *Estas obras que enunciamos, e poderiam ser outras, representam um investimento previsto de 668 m.€, quer o Sr Presidente, gastar mais de 3.250 mil euros em Parques e jardins (bonitos serão concerteza), na Vila em vez das obras há muito prometidas nas Freguesias?*-----

----- *O PSD entende que há prioridades, e se ainda há Lugares em Paredes de Coura, sem acessos dignos, isso só é possível pelo esbanjamento que fizeram com os parques de estacionamento, mas são prioritárias, deixem-se de mais esbanjamentos, o tempo de crise vai agravar e prolongar-se.*-----

----- *Os membros do PSD eleitos directamente votam contra os documentos apresentados.*-----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL

= LANÇAMENTO DE DERRAMA PARA 2009 =

Ponto n.º 3 - Apreciação, discussão e votação de proposta para lançamento de uma derrama para o ano de 2009, de 1,2%, nos termos do art. 14º, da Lei 2/2007, de 15 de Janeiro. -----

----- Dada a palavra ao Sr. Presidente da Câmara, referiu a razão e mesmo obrigação de se lançar mão das receitas possíveis para se poder fazer face às diversas obras. Uma das receitas possíveis é pela aplicação de uma percentagem sobre o lucro tributável das empresas sujeitas a IRC, ou seja, a derrama. -----

----- Esta, anteriormente, poderia ser de 10%, o que se traduzia na receita municipal na ordem dos dez e quinze mil euros. -----

----- Sendo agora estabelecida a percentagem máxima de 1,5%, a Câmara Municipal deliberou, nos termos da lei, baixar para 1,2% dando, assim, um sinal de apoio às empresas, num momento de crise, pelo que se propõe à Assembleia Municipal a aprovação da percentagem referida – 1,2%. -----

----- Sendo, pelo Sr. Presidente da Assembleia, dada a palavra a Paulo Rosa, em nome do Grupo Municipal do PSD, disse que o IRS, o IMI e a derrama têm sido alvo de debate nesta Assembleia. -----

----- O que este grupo, então, defendia era a isenção da derrama. Não tendo, este objectivo, sido atingido, este Grupo Municipal, vota, favoravelmente, a redução de 1,5 para 1,2%. -----

----- Na ausência de quaisquer outras intervenções, a proposta foi posta à votação, sendo aprovada por maioria, com 37 votos a favor, sendo 27 do PS e 10 do PSD. -----

----- Catarina Moreira, do PCP, votou contra e apresentou a seguinte declaração de voto:

'Paredes de Coura é um concelho que precisa de um rápido impulso de desenvolvimento. -----

----- Esse desenvolvimento implica investimento público mas, também, empreendimentos privados que criem emprego e fixem populações. -----

----- Muitos concelhos com problemas semelhantes evitam sangrar com derramas os empresários do seu território. Parece-nos uma medida muito sensata e estruturalmente apontada no sentido do desenvolvimento. -----

----- A derrama é um mecanismo fiscal que incide sobre o lucro. Poderá parecer estranho que a CDU venha aqui propor que não se tributem lucros desta forma mas, o facto, é que a natureza destes lucros merece uma reflexão. -----

----- Na verdade, um empresário que tenha lucro e pague IRC no Concelho de Paredes de Coura merece um forte incentivo, quer porque evidencia qualidade de gestão, quer porque a sua escolha contribui para o desenvolvimento e prosperidade da comunidade. -----

----- O empresário com lucros no Concelho dificilmente obterá saldo para abrir uma conta no Banco Privado Português ou para se alçar a uma posição económica de riqueza. -----

----- Para chegar a ter lucro, um empresário em Coura tem de gerir muito bem, ultrapassar as carências de infra-estruturas de transporte e de comunicação e ser criativo e trabalhador na luta no mercado. -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL

----- *As tantas, o seu lucro em Coura significa um prejuízo na comparação com as possibilidades de lucro noutras zonas do país onde, muitas vezes, por razões emocionais e psicológicas, preferiu não investir.* -----

Como prémio deste esforço duro e desta escolha por vezes bairrista, que sempre acabaria por se repercutir na comunidade, recebe a notificação para entregar dinheiro ao Município através da derrama para ajudar a alimentar o turbilhão da despesa concelhia. -----

----- *Por isso, a CDU defende que a derrama não deve ser aplicada no concelho, seja qual for a taxa. Além disso, sugere que se pondere a utilização em Coura do previsto no número 4 do artigo 14º da lei aplicável (Lei das Finanças Locais) que prevê uma isenção votada nesta Assembleia para as empresas com volume de negócios inferior a 150 mil euros.* -----

----- *Sempre seria mais justo e é uma pena que não seja proposto, face à ideia propalada de apoio aos pequenos e médios negócios. Palavras, leva-as o vento e são actos destes que realmente sinalizam apoio aos pequenos e médios empresários.* -----

----- *Pelo exposto, e pela insuficiência da proposta face ao que devia conter, a CDU vota contra a proposta constante do ponto 3 desta ordem de trabalhos.*-----

= IMPOSTO MUNICIPAL SOBRE IMÓVEIS =

----- Ponto n.º 4 - Apreciação, discussão e votação de proposta de redução das taxas de Imposto Municipal sobre Imóveis.-----

----- Pelo Sr. Presidente da Câmara foi dada uma explicação sobre a razão desta proposta. -----

----- Referiu que, também esta, é uma receita que a Câmara poderá recorrer para, como outras, fazer face a despesas com investimentos. -----

----- Neste imposto há duas taxas, uma para os imóveis ainda não avaliados, estabelecida em 0,8%. Porém, com a aprovação do Orçamento do Estado, esta baixou para 0,7%. -----

----- Quanto aos imóveis já avaliados os limites foram estabelecidos entre 0,2% e 0,5%. -----

----- Numa primeira oportunidade, esta foi estabelecida em 0,35%. Agora propõe-se 0,30%, o que representa um decréscimo de 15 a 20%.-----

----- **Vítor Paulo Pereira**, do PS, em nome do respectivo grupo municipal, disse que estes impostos acabam por constituir receitas importantes na política municipal de desenvolvimento. Porém, este grupo municipal considera que os mesmos não poderão ser vistos como meras receitas camarárias, mas sim instrumentos de uma maior justiça social porquanto não poderá haver desenvolvimento económico num quadro de exclusão social. -----

----- Neste contexto, o Grupo Municipal do PS, votará favoravelmente esta proposta. -----

----- **Venâncio Fernandes**, referiu que, há dois meses, o líder da bancada do PS, dizia: 'Fazer depender o desenvolvimento das terras, de uma forma quase absoluta, de uma redução de impostos, estaria encontrado o mecanismo da expansão e do desenvolvimento económico dos concelhos, mas a economia não obedece a estes esquemas tão simplistas.'-----

MANDATO DE 2005 A 2009



ASSEMBLEIA MUNICIPAL

----- Dirigindo-se a Vítor Paulo Pereira, prosseguiu dizendo: “De facto, a economia não se compadece com a não existência destes mecanismos e necessita deles, muitas vezes, para equilibrar e disfarçar muitas assimetrias entre as regiões. -----

----- Ainda bem que os Senhores voltaram atrás e agora vão votar aquilo que não quiseram votar na sessão anterior, só porque a proposta era da oposição.” -----

----- **Paulo Rosa**, porta-voz do Grupo Municipal do PSD, declarou a satisfação com esta redução, lamentando não ter sido na altura em o grupo a propôs. Porém, indo de encontro aos seus objectivos, não obstante ficar aquém dos valores propostos pelo seu grupo, disse que a votação seria favorável. --

----- Submetida à votação, foi aprovada, por maioria com 37 votos a favor, sendo 27 do PS e 10 de PSD e um voto contra do PCP (Catarina Moreira), que apresentou declaração de voto. -----

----- Declaração de voto apresentada por Catarina Moreira, do PCP: -----

----- 1. *Relembrando mentalmente as aulas de Finanças Públicas, a que apelei na preparação desta Assembleia, recordei uma a citação que, na verdade, é uma observação simples, mas esquecida por alguns gestores da administração pública, de que os impostos se pagam em dinheiro e não em percentagens. -----*

Por vezes, uma taxa mais alta não significa mais dinheiro cobrado e uma taxa mais baixa pode até significar aumento do volume de dinheiro retirado aos contribuintes. Isto resulta, por exemplo, da modificação da base da colecta. -----

----- 2. *A proposta de descida do IMI, aqui presente, podia ser maior mas, a verdade, é que esta aparente descida de taxa esconde por trás da percentagem a diminuir um aumento efectivo da cobrança. -----*

Segundo o orçamento que aprovaram ainda há pouco, a receita deste imposto aumentará na ordem dos 125 mil euros. -----

As razões porque isto acontecerá resultam de que reavaliação dos prédios, que avança, produz aumentos do seu valor tributável que aumentam a receita numa percentagem superior à da percentagem da taxa. -----

Assim, para prédios que subam 5 ou 6 vezes o seu valor, depois de avaliados, o imposto vai subir numa taxa comparável de 10% ou 12% face ao valor hoje pago. -----

----- 3 - *Neste ponto, recordamos, e apelamos a que recordem, as considerações já produzidas sobre a fragilidade e pouca prosperidade da economia deste concelho, quer na vertente das famílias, quer na vertente das empresas. -----*

----- 4 - *O IMI é um imposto sobre património mas, ninguém paga os impostos sobre património com ele próprio: pagam-se com o rendimento que se tem. Assim, o imposto sobre património numa terra como Coura acaba por recair no magro rendimento obtido pelos seus habitantes. Daí que deva ser moderadamente gerido. -----*



ASSEMBLEIA MUNICIPAL

----- 5 - A taxa proposta pode ser ainda mais baixa. Há na lei mecanismos que permitem, por exemplo, penalizar os prédios degradados e incentivar os proprietários de zonas mais desertificadas. Nada disso é proposto na iniciativa do executivo sobre este assunto. -----

----- Com esta proposta, além de manter uma pesada carga fiscal, sob a capa de uma fictícia redução, não se usa o mecanismo fiscal como instrumento de gestão do território. -----

----- Os prédios degradados do centro da vila, que assim são mantidos à espera da boa sorte da especulação, pagarão, em proporção, menos do que deviam, e os seus proprietários acumularão uma vantagem, face ao pequeno proprietário de uma qualquer freguesia desertificada deste concelho. Esse melhorou a sua casa, investiu, criou assim oportunidades de negócio com essa obra, viu a sua casa reavaliada e agora pagará mais. -----

----- 6. Este quadro pouco lógico é moralmente injusto e tecnicamente não indica boa administração e defesa do interesse da comunidade e da sua prosperidade. -----

----- 7. Daí que defendamos medidas mais activas e maior descida, que só não pode acontecer por causa do garrote da despesa neste orçamento que o executivo não sabe evitar. -----

8. Por tudo isto, e na esperança de que se comece a considerar o problema, não só na perspectiva de penalizar o contribuinte e obter receita, mas de usar o mecanismo do imposto para gerir melhor o território e criar procedimentos mais justos, votamos contra esta proposta. -----

= REDUÇÃO DA PARTICIPAÇÃO DO IRS =

Ponto n.º 5- Apreciação, discussão e votação de proposta de redução de participação no IRS, de 5 para 3%, nos termos do art. 20º, da Lei 2/2007, de 15 de Janeiro. -----

----- **Presidente da Câmara:** deu a explicação da razão desta proposta. Na mesma linha da angariação de receitas municipais havia sido lançado o imposto de 5% sobre o rendimento de pessoas singulares – IRS. -----

----- Agora propõe-se a redução para 3%, apesar de o PSD propor a sua abolição. -----

----- Porque este imposto incide sobre os maiores rendimentos não seria razoável a sua abolição, pelo que se propôs e aprovou na Câmara a redução para 3%, o que se submete agora à aprovação e votação da Assembleia Municipal. -----

----- Paulo Rosa, afirmou que o seu grupo municipal votaria favoravelmente. -----

----- Submetida à votação, foi aprovada, por maioria com 37 votos a favor, sendo 27 do PS e 10 de PSD e um voto contra do PCP (Catarina Moreira), que apresentou declaração de voto. -----

----- Declaração de voto apresentada por Catarina Moreira, do PCP: -----

----- *Perante a aprovação do valor do IMI já produzida, cujo pagamento lá terá de vir do rendimento, poderia simplificar a minha declaração de voto, neste ponto, apelando a que considerem que o rendimento dos contribuintes courenses já está ser convocado para pagar outras obrigações fiscais e mereceriam ser isentados da participação variável até 5% do IRS pelo valor máximo. -----*



ASSEMBLEIA MUNICIPAL

----- *A sua bolsa e o fruto do seu trabalho deveriam ser poupados, devendo o município prescindir de insistir em mais cobranças, especialmente quando a elas não é obrigado.* -----

----- *O executivo não acha assim e, mais uma vez, dizendo que reduz, mantém a cobrança.* -----
Na comparação com outros concelhos, poderia haver mais ousadia e aumentar a competitividade fiscal do nosso território incentivando as populações e poupando-as a mais agressões fiscais. -----

----- *Uma taxa ainda menor de IRS permitiria mostrar as nossas vantagens naturais e qualidade de vida à luz de um rendimento beneficiado por um tratamento fiscal mais favorável.* -----

----- *Mais uma vez, o volume excessivo de despesas impede ao executivo ver esta perspectiva que qualquer cidadão courense olhará como sensata.* -----

----- *Assim, o executivo faz que baixa mas, acumulando o que recolhe em imposto sobre património e o que mantém do IRS, não se introduz nenhuma vantagem competitiva na comparação com vizinhos ou até com regiões mais distantes que, ou fazem o mesmo (o que nos retira as eventuais vantagens da descida), ou vão mais longe.* -----

----- *A modéstia e pouca ousadia desta proposta leva-nos, por isso, a votar contra.* -----

= ADESÃO DO MUNICÍPIO À ENTIDADE REGIONAL DE TURISMO DO NORTE=

Ponto n.º 6- Apreciação, discussão e ratificação de autorização de adesão do Município de Paredes de Coura à entidade regional de turismo do norte, que adoptou a denominação de Turismo do Porto e Norte de Portugal. -----

----- Com a autorização expressa do Presidente da Câmara, pelo Vereado António Esteves foi feita a apresentação e explicada a razão desta proposta. -----

----- A mesma vem na sequência da extinção das Regiões de Turismo, em consequência da criação de Entidades Regionais de Turismo. Assim, por extinção da Região de Turismo do Alto Minho, a que este concelho pertencia, poderá passar a integrar a Entidade Regional de Turismo do Porto e Norte de Portugal. -----

----- A respectiva Comissão Instaladora desenvolveu o processo de instalação e elaboração dos estatutos, já aprovados. -----

----- A vinte de Outubro, a Câmara Municipal aprovou, por unanimidade, a integração de Paredes de Coura, nesta entidade condição essencial para, designadamente, poder candidatar-se a programas e fundos de turismo. -----

----- Agora propõe-se a esta Assembleia a ratificação para que o processo fique, assim, completo e possa produzir os seus efeitos legais. -----

----- Abertas a inscrições para debate e apreciação da proposta, Venâncio Fernandes referiu que o PSD votaria favoravelmente, aproveitando para desejar, aos presentes, um Bom Natal e Bom Ano/2009. -----

----- Submetida à votação, a adesão ao Município de Paredes de Coura ao Turismo do Porto e Norte de Portugal do foi aprovada, por unanimidade. -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL

----- No último ponto da ordem de trabalhos, designação de um representante das Juntas de Freguesia e de um Membro Municipal para integração da Comissão Municipal da Protecção Civil, após os devidos esclarecimentos, o Grupo Municipal do PSD, pediu a suspensão dos trabalhos por cinco minutos.-----

----- Retomados os trabalhos, foram apresentadas três propostas:-----

----- - Uma (A) do PS, indicando Joaquim Felgueiras Lopes e Ivan mata Morais, como representantes das Juntas de Freguesia e assembleia Municipal, respectivamente;-----

----- - Outra (B) do PSD, indicando Maximiano Teixeira da Costa e Eugénio Pereira, como representantes da Juntas de Freguesia e Assembleia Municipal, respectivamente;-----

----- - Uma terceira (C) do PCP, indicando Eugénio Octávio Pereira e Paulo Rosa. Como representantes das Juntas de Freguesia e Assembleia Municipal, respectivamente. -----

----- Paulo Rosa, explicou a razão da indicação dos elementos da proposta B. O primeiro por já integrar a Comissão de Defesa da Floresta e o segundo por parecer pessoa capaz e com qualidade para o cargo.-----

----- Rosalina Martins, do PS, alertou para uma questão processual, ou seja, para que os elementos integrem uma lista pressupõe a sua declaração de aceitação. -----

----- Questiona se, este processo foi tido em conta.-----

----- A porta-voz do PCP, Catarina Moreira, referiu que se trata de um cargo de responsabilidade, que exige trabalho, empenho, dedicação e tempo.-----

----- A sua proposta é colorida, porquanto indica um elemento do PS e outro do PSD, mas que, quanto a si, reuniram o perfil para uma causa comunitária. -----

----- O Presidente da Assembleia questionou se os proponentes ouviram, de facto, os elementos propostos. -----

----- Paulo Rosa, enquanto proponente do PSD, informou que, não o tendo feito, estava na disposição de o fazer. -----

----- Maximiano Teixeira e Eugénio Pereira agradeceram a confiança em si depositada, porém não aceitaram a integração nesta comissão, por já pertencerem a outras que exigem dedicação e disponibilidade de tempo. -----

----- Venâncio Fernandes propôs que este ponto fosse adiado, porquanto a sua inclusão na ordem de trabalhos foi deliberada nesta mesma sessão e que seria necessário conhecê-la antes desta reunião.-

----- Esta proposta foi subscrita pela representante do PCP, Catarina Moreira. -----

----- O Senhor Presidente da Câmara explicou a razão da inclusão deste ponto na ordem de trabalhos na própria sessão da assembleia. -----

----- O Presidente da Assembleia Municipal esclareceu que, por acordo com o Sr. Presidente da Câmara, o ponto será retirado da ordem de trabalhos, sendo presente à próxima reunião. -----

----- O Presidente da Câmara preveniu que o concelho ficaria sem plano de emergência durante dois ou três meses, o que poderá ter efeitos negativos, designadamente na elaboração e apresentação de



ASSEMBLEIA MUNICIPAL

.....
candidaturas. Assim, apelou ao entendimento entre os líderes dos três grupos municipais, por forma a ser ultrapassada esta situação e se proceder à eleição.

----- Com base na informação do Sr. Presidente da Câmara, Catarina Moreira do PCP, sugeriu que fossem designados dois elementos que possam assumir provisoriamente esta responsabilidade até Fevereiro.

----- O Senhor Presidente da Assembleia referiu que este ponto iria ser retirado da ordem de trabalhos.

----- Em nome da mesa, desejou um Bom Natal e Bom Ano Novo/2009.

----- Esclareceu que, conforme seu compromisso, a próxima reunião da Assembleia se realizaria na freguesia de Ferreira, após contactos prévios com o Presidente da Junta de Freguesia - Júlio Barbosa da Cunha. Que a reunião será convocada para esta freguesia depois de um último contacto com o Presidente da Junta.

= INTERVENÇÃO DO PÚBLICO =

Dando cumprimento ao disposto no n.º 4 do art. 31º do Regulamento, o Presidente da Mesa indagou se alguém do público desejava intervir, o que não se verificou.

= ENCERRAMENTO =

----- E nada mais havendo mais a tratar foi encerrada a sessão pelo Presidente da Assembleia Municipal, pelo que de tudo, para constar se lavrou a presente acta que depois de lida e aprovada vai ser assinada pela Presidente e pela Secretária.